

Grounded Theory como método de investigação em arquivologia:

subsídios teóricos e práticos

María Cristina Vieira de Freitas

Como citar: FREITAS, Maria Cristina Vieira de. Grounded Theory como método de investigação em arquivologia: subsídios teóricos e práticos. *In:* VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 107-134.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-266-6.p107-134>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 6

GROUNDNED THEORY COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: SUBSÍDIOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Maria Cristina Vieira de Freitas

Si uno desea entender la expresión ‘agua bendita’, no debe estudiar las propiedades del agua, sino los supuestos y creencias de la gente que la emplea. Es decir que el agua bendita deriva su significado de aquellos que le atribuyen una esencia especial (THOMAS SZASZ, 1974 apud TAYLOR; BOGDAN, 1987, p.188).

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O MGT transformou-se num dos marcos relevantes da história dos métodos qualitativos. Na epígrafe deste texto, verificamos uma das suas principais características: a ‘guinada’ analítica, patente na sua proposta de análise e de interpretação dos dados, tendo em linha de conta a perspectiva das pessoas envolvidas, suspendendo-se a perspectiva do/a investigador/a. No rol desta classe de métodos, tal vem sendo apontado como um dos seus aspectos mais revolucionários pelos/as estudiosos/as do assunto.

Neste texto, oferecemos uma descrição das principais características do método de análise de dados *Grounded Theory*¹ (GT), bem como dos seus princípios e das suas ferramentas fundamentais, definidos pela escola sociológica norte-americana há 44 anos. Em função do espaço de que dispomos, eximir-nos-emos das análises ou das considerações críticas que envolvem a sua aplicação, na atualidade, e que a nosso ver se prendem com posturas epistemológicas e com diferentes possibilidades de interpretação do referido método, consoante as orientações do(a) próprio(a) analista dos dados². Com efeito, cingir-nos-emos aos elementos fundamentais que o caracterizam, recorrendo, para tanto, a um caso concreto em que o seu emprego ocorreu de forma integral³.

Em conformidade com os propósitos a alcançar, este texto se subdivide em dois tópicos, para além das considerações iniciais e finais. No primeiro, proporcionamos um enquadramento para o Método *Grounded Theory* (MGT), fornecendo os subsídios teóricos e metodológicos necessários à sua correta compreensão. No segundo tópico, avançamos para o exemplo concreto a que nos referimos antes⁴, demonstrando o modo como se articulam os diversos elementos do MGT, na prática.

No que respeita à bibliografia utilizada para compor a parte de revisão, cumpre referir que privilegiamos a qualidade em detrimento da quantidade. Desse modo, os/as autores/as que consultamos são aqueles/as que consideramos essenciais e obrigatórios para iniciar leituras, tanto acerca dos aspectos teóricos e práticos que envolvem o emprego deste método quanto do seu enquadramento no contexto dos modelos de investigação científica.

Assim, confiantes na bibliografia consultada e na nossa experiência de uso deste método, apresentamos o presente texto, que se destina à

¹ Consoante a tradução, que no fundo demarca a opção por uma determinada perspectiva de interpretação, o MGT apresenta variações na sua designação, entre as quais mencionamos, a título de exemplo: ‘Teoria ancorada nos dados’, ‘Teoria emergente dos dados’, ‘Teoria enraizada nos dados’ ou ‘Teoria fundamentada nos dados’. Este último é, seguramente, o termo mais corrente em língua portuguesa.

² Na terminologia do MGT, o termo ‘analista’ de dados é considerado corrente.

³ Há casos em que as investigações com o MGT não ultrapassam as primeiras fases do procedimento, como se de uma análise de conteúdo ou de discurso se tratasse. Não foi esta a nossa experiência com o método.

⁴ Em boa medida, este texto é uma adaptação de outro, contido na tese de doutorado desenvolvida e defendida na Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Salamanca, sob a orientação da Prof^a Doutora Manuela Moro Cabero, a quem agradecemos pelos ensinamentos e pela oportunidade de partilhar conhecimentos.

melhor introdução e à divulgação do MGT no âmbito da Ciência da Informação, animadas pela franca possibilidade que o mesmo oferece em estimular a geração de novas teorias e, ainda, pela constatação de que, no referido meio, a sua aplicação integral encontra-se num estágio incipiente e, conseqüentemente, merece algum incentivo de nossa parte.

2 O MÉTODO *GROUNDED THEORY*: SUBSÍDIOS TEÓRICOS

Este tópico tem como objetivo caracterizar o MGT, a partir das suas origens, bem como identificar e descrever as principais ferramentas de análise que amparam a sua correta utilização na persecução dos seus princípios e dos seus objetivos.

Pese embora a sua relativa maturidade, conforme dissemos trata-se de um método ainda pouco difundido, o que certamente explicamos por meio de diversos fatores, entre os quais relacionamos o fato de que implica uma dose alta de tolerância à incerteza quanto ao percurso e ao próprio cenário de investigação, bem como o inconveniente de que gera um volume alto de dados, com pouca ou nenhuma estruturação inicialmente visível, para além de que lida com o imbricado fenômeno da abstração de ideias em todos os níveis.

1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MÉTODO

Em função das suas características e dos seus propósitos, a GT é um método de análise e de interpretação de dados que se situa dentro dos limites do paradigma qualitativo de investigação científica e tem como pressupostos principais: o uso da comparação constante e sistematizada, entre os dados e entre estes e a literatura científica; a busca de respostas, estimulada pela formulação de questões sensibilizadoras; o recurso às amostras teoricamente induzidas; e a interpretação fundamentada nas perspectivas obtidas no próprio terreno (de onde decorre a expressão '*grounded in the data*').

O MGT veio à luz no ano de 1967 pela mão dos investigadores norte-americanos Anselm Strauss e Barney Glaser⁵. Os seus princípios e as suas regras constam da primeira edição do livro ‘*The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*’. Nesta obra, explicam os procedimentos empregues num estudo baseado na percepção da morte na perspectiva dos doentes terminais, enfoque então considerado revolucionário, tendo causado, por esta razão, algum burburinho na comunidade científica da época⁶.

O MGT circunscreve-se aos limites do paradigma qualitativo de investigação. Em conformidade com Taylor e Bogdan (1987), a análise qualitativa de dados oferece a possibilidade de criar uma via interacionista e transaccional entre o/a investigador/a e o objeto investigado, gerando mecanismos particulares de produção de sentido. Tal perspectiva nos leva a afirmar que o MGT tem, pois, as raízes enterradas na corrente sociológica do interacionismo simbólico.

Os estudos eminentemente qualitativos têm propósitos interpretativos e compreensivos e, em função disso, requerem a recolha de dados de *múltiplas fontes* e com elevada *densidade informacional*. Dado o seu evidente enquadramento com os propósitos referidos, o MGT desenvolve-se em *três fases* distintas. Numa primeira, tem lugar um procedimento de *codificação intensiva dos dados* que vão sendo recolhidos, por *amostragem*, pelo/a investigador/a⁷. Numa segunda fase, e por um procedimento de *comparação sucessiva e constante*, os dados recolhidos são agregados em conjuntos cada vez mais reduzidos e estruturados, gerando *categorias analíticas*, que vão sendo desenvolvidas e conceituadas com base nas observações, nas *notas de campo* e nas fundamentações obtidas dos dados. Finalmente, numa terceira e última fase, em torno dos conceitos

⁵ É de realçar que, a certa altura da parceria, Barney Glaser e Anselm Strauss dissidiram. A razão desta dissidência tem relação direta com as diferenças de interpretação do MGT. Strauss procurou novos percursos, tendo publicado, nos últimos anos de sua vida, com Juliet Corbin. A partir desta divergência, consideramos duas interpretações/facções independentes do MGT: a ‘*glaseriana*’, por um lado, a ‘*straussiana*’, por outro.

⁶ Em boa verdade, muitos dos princípios e das técnicas subjacentes ao MGT têm a sua origem no paradigma qualitativo de investigação, não sendo, pois, exclusivos deste modelo. A novidade está na forma como Barney Glaser e Anselm Strauss se ‘apropriaram’ dos mesmos e os tornaram procedimentos do método.

⁷ Os dados podem ser recolhidos por meio de entrevistas, questionários, observações, ou mesmo da literatura específica, que também pode ser utilizada como fonte de análise. No entanto, o método de recolha de dados considerado de eleição, no MGT, pela qualidade e pela quantidade de dados que aporta é, sem dúvida, o inquérito por entrevistas, sendo estas realizadas, normalmente, de forma não estruturada e em profundidade.

considerados fundamentais, *emergem as interpretações* e, conseqüentemente, as abstrações, que então são cotejadas com a *literatura científica* da área em questão, gerando *teoria* que, dependendo dos objetivos, tanto pode ser *substantiva* quanto *formal*⁸.

Portanto, trata-se de um método que possui características próprias e que auxilia o/a investigador/a em duas frentes principais: (i) a adquirir conhecimento do principal fenômeno embutido nos dados, i.e., do *Processo Social Básico (PSB)*, como veremos adiante; e (ii) a construir teoria a partir da observação direta do contexto empírico⁹. Esta descrição, logicamente, situa o MGT no âmbito da produção de uma classe de conhecimento eminentemente *construtivista* e *hermenêutico*¹⁰.

Quanto ao processo de análise, a *circularidade* e a *reflexividade* afiguram-se como as características mais patentes do MGT que, pelo que referimos, consubstancia-se em uma *terminologia própria* e consoma-se por uma série de *ferramentas analíticas* expressas pelos seus progenitores e seguidores/as¹¹. Dada a sua relevância na correta compreensão do método, ditas ferramentas serão descritas no próximo subtópico.

1.2 FERRAMENTAS DE ANÁLISE

1.2.1 AMOSTRAGEM TEORICAMENTE INDUZIDA

No âmbito do MGT, o processo de obtenção de *amostras teóricas* fundamenta-se na necessidade de desenvolver os *conceitos* que emergem diretamente do contexto de investigação no decorrer das etapas de codificação, tendo como propósito explorar as *dimensões* e as *propriedades*

⁸ A **teoria substantiva** é aquela que se limita ao contexto empírico. Trata-se da teoria emergente dos dados. A **teoria formal**, contrariamente, extrapola os referidos limites. Trata-se da teoria descrita e documentada pela literatura específica.

⁹ Esta é a principal razão pela qual o método foi designado Grounded Theory. A teoria, neste caso, não é gerada de modo especulativo; ao contrário, deve emergir dos dados, com base nas reflexões e nas comparações constantes efetuadas pelo/a analista/a ao longo de todo o percurso interpretativo, que é único e irrepetível, em cada caso.

¹⁰ De realçar que nem todas as correntes de interpretação do método o veem desta forma, aspecto que não nos cabe discorrer neste espaço, mas que, de qualquer modo, encontra-se bastante bem documentado em diversos textos reflexivos dedicados ao MGT.

¹¹ Cf Glaser e Strauss (1967), Glaser (1978), Strauss e Corbin (2002), Glaser e Holton (2004).

das *categorias* que os abarcam¹². No que respeita à forma de obtenção, estas amostras são intencionais e não probabilísticas. Deste modo, em tese, o que controla o processo sucessivo de recolhas de dados são os seguintes critérios: (i) os aspectos característicos dos fenômenos, bem como as variações dimensionais das suas propriedades, não tendo, pois, o/a analista, a preocupação de verificar a representatividade da amostra no âmbito de uma população previamente definida e contabilizada¹³; (ii) as perguntas sensibilizadoras formuladas pelo/a analista¹⁴, aliadas aos propósitos que persegue no estudo¹⁵.

Porquanto, à partida, não há limites definidos para o tipo ou para a quantidade de dados a ser recolhidos por esta classe de amostragem¹⁶. Via de regra, buscamos no próprio contexto analítico a possibilidade de obter *incidentes*¹⁷ potencialmente comparáveis. Portanto, o processo de amostragem inicia-se a partir de um conjunto de dados escolhidos pelo/a próprio/a analista, evoluindo numa espiral contínua de recolhas e de análises (daí a reflexividade e a circularidade que reclamamos ao MGT), até ao ponto em que se considera ter atingido a *saturação* da amostra. No que ao MGT se refere, tal ponto se alcança quando o/a analista *percebe* que os dados a recolher não aportam informações novas a respeito do tema principal (concretamente, uma categoria central do estudo). Naturalmente, pode haver situações em que sejam necessárias recolhas adicionais, mas estas devem obedecer a critérios diferentes dos utilizados nas fases iniciais e intermédias do estudo. Tal ocorre, sensivelmente, no fim, quando

¹² Estas são afirmações de Strauss e Corbin (2002, p. 110), para quem as **dimensões** são a escala em que variam as **propriedades**, sendo estas as características ou os atributos que dão significado a uma **categoria** que, por sua vez, são os conjuntos de conceitos usados para representar os fenômenos observados. Os **conceitos**, por seu turno, são as unidades de construção da teoria que, deste modo, fundamenta-se nos dados.

¹³ Portanto, estamos diante de uma situação em que o que realmente define o tamanho de uma amostra teórica é a possibilidade de ver preenchidas as lacunas de informação que o/a analista verifica ao longo do percurso. Deste modo, é nas lacunas que vai encontrando que o/a mesmo/a vai identificando as sugestões para as novas buscas de informação, até que estas se tornam redundantes e, por isso, desnecessárias.

¹⁴ Cf item 1.2.4.

¹⁵ Cf Glaser e Strauss (1967), Glaser (1978), Strauss e Corbin (2002), Glaser e Holton (2004).

¹⁶ Não ignoramos a existência de outros fatores que condicionam as decisões a respeito do tamanho das amostras. Por exemplo, Strauss e Corbin (2002) e Valles (1997) admitem casos em que o estudo possa interromper-se por não contar com o financiamento necessário ou pelo esgotamento dos prazos possíveis. Em realidade, diversas dificuldades escondem-se por trás das nossas investigações e, não raro, ditam as condições em que estas se realizam.

¹⁷ No âmbito do MGT, os incidentes correspondem aos fragmentos de texto codificados pelo/a analista.

esclarecimentos de outra ordem sugerem a necessidade de recolher novos dados, para confrontar ou contrastar com os antigos, tendo em vista a correta formulação da explicação teórica¹⁸.

1.2.2 CODIFICAÇÃO SISTEMÁTICA

A literatura técnica é profícua no que refere à descrição dos distintos estilos e das perspectivas dos/as analistas, bem como às formas aconselhadas para procedermos à codificação de um texto. Por esta razão, teceremos apenas considerações gerais sobre o assunto, cingindo-nos ao complexo estilo de codificação que serve de base ao MGT.

O ato de codificar implica fragmentar o texto, indo dos dados complexos e brutos, porquanto sem significado, até aos dados simples e com poder explanatório. Tal assunção implica dedicação à tarefa de *reduzir* um texto, extraindo os seus significados, para depois o *transformar*, gerando as associações e as explicações pertinentes¹⁹.

O ato de separar porções de dados de um determinado contexto implica, logicamente, a sua descontextualização (TESCH, 1990). Mas, tendo em conta que o manejo de um volume extenso de dados pode não ser viável, as reduções tornam-se necessárias, tanto mais porque os efeitos da descontextualização mitigam-se pela simples constatação de que nem todas as porções de dados (ou incidentes) são significativas (TESCH, 1990). Assim, os fragmentos de texto selecionados são, fundamentalmente, os que relevam pelas características e pela vinculação com os objetivos do estudo²⁰.

¹⁸ Quanto aos propósitos que norteiam a realização de amostras adicionais, Yin (1989), Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (1999) e Raymond (2005) coincidem em que as sucessivas recolhas de dados atendem a três objetivos: (i) preencher as categorias analíticas existentes; (ii) estender os limites de teorias pré-existentes; (iii) testar a teoria emergente dos dados. Por norma, as amostras efetuadas em casos similares replicam a literatura, porque significam obter 'mais do mesmo'. Os casos contrastantes ou desviantes, ao contrário, testam ou estendem as teorias existentes, em virtude do seu poder de variação.

¹⁹ Cf Muñoz Justicia (2005) e Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (1999).

²⁰ Quanto ao ato de fragmentar os dados, Tesch (1990, p.113; 117-118) sugere a sua separação pela ideia que representam, cuidando para que o segmento separado mantenha o significado que possuía quando retirado da posição de origem. Também sugere que a separação siga critérios de ordem temática, gramatical, espacial, temporal, social ou conversacional. No que concerne aos tipos de categorização empregues, Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (1999) referem a indutiva, a dedutiva e a mista. Ainda, quanto aos requisitos que devem possuir as categorias resultantes do processo de codificação enumeram a exaustividade, a exclusão mútua, a unicidade do princípio, a pertinência e a objetividade.

Com efeito, ao codificarmos estamos a lidar primeiramente com uma perspectiva física e manipulativa do texto, tratando de abrir caminho para, num segundo momento, efetuar as análises e as interpretações pertinentes. Portanto, *grosso modo*, a operação de *codificar* implica selecionar um fragmento e atribuir um rótulo ou etiqueta de referência; *categorizar*, no entanto, implica atribuir conceitos aos conjuntos selecionados²¹.

No que respeita aos procedimentos próprios do MGT, seguindo os escritos de Glaser (1978), a codificação gera três tipos distintos de códigos, a saber: (i) os *códigos substantivos* ou de *primeira ordem*, que surgem nas primeiras fases do estudo, para fixar os eventos (ou incidentes), vinculando-se, pois, diretamente aos fragmentos de dados; (ii) os *códigos teóricos* ou de *segunda ordem*²², que surgem a partir dos agrupamentos de códigos substantivos (pelo que estão presentes apenas nas fases mais avançadas do estudo), para fixar os conceitos e os significados, vinculando-se assim de modo indireto aos dados, fato que lhes confere um grau maior de abstração em relação aos códigos substantivos²³; (iii) os *códigos verdadeiros*²⁴ ou *códigos in vivo*²⁵, que são retirados diretamente do texto de origem, de forma literal, tendo, pois, um potencial metafórico real e atuando como indicadores de conceitos fortemente vinculados à substância dos dados²⁶. Porquanto, a carga de abstração de um código mede-se pela sua maior ou menor aproximação com os dados substantivos²⁷. Seguindo este princípio, os códigos mais abstratos serão os que estiverem mais distanciados destes, sendo o inverso igualmente verdadeiro.

Dado que decorre em três diferentes etapas, com características próprias e atendendo a distintos objetivos, o procedimento de codificação

²¹ Com efeito, segundo Miles e Huberman (1994), os códigos são etiquetas ou rótulos que usamos para fixar os significados das informações inferenciais ou descritivas reunidas no processo. E os códigos podem ser alçados a uma categoria ou a um significado mais complexo, quando se expressam por meio de ‘metáforas’.

²² Glaser (1978) chama a estes agrupamentos ‘famílias’. No seu modelo de codificação, descreve 18 agrupamentos familiares apriorísticos, que podem ser utilizados como esquema dedutivo na etapa de integração dos dados.

²³ Os conceitos formais de uma disciplina enquadram-se na definição de códigos teóricos.

²⁴ Cf Miles e Huberman (1994).

²⁵ Cf Strauss e Corbin (2002).

²⁶ Para nos atermos a um exemplo concreto, a expressão ‘embarcar numa canoa furada’, ao emergir de uma entrevista e pelas próprias palavras da pessoa entrevistada poderia ser qualificada como um código *in vivo*.

²⁷ Cf Glaser (1978) e Strauss e Corbin (2002).

pelo MGT é considerado sistemático²⁸. Assim, a **codificação aberta**²⁹ é usada para identificar os conceitos, com base na descoberta das suas propriedades e das suas dimensões. O ato de analisar implica dividir o objeto em unidades cada vez menores, com vista à apreensão do seu significado. Num tal sentido, promove a ‘abertura’ do texto e, com ela, o esquadramento da realidade³⁰. Em termos operacionais, na codificação aberta são formuladas as perguntas sensibilizadoras³¹, com base nas quais os dados são insistentemente comparados e rotulados. Cada propriedade então identificada passa a ser por ela mesma uma categoria, ainda que rudimentar, que descreve e associa os elementos empíricos. A codificação aberta é, pois, o momento em que se começa a ver a direção pela qual se vai enveredar³². Daí o seu potencial para formular novas questões, a partir de questões iniciais, e conduzir o curso das amostras teóricas. A *codificação axial* ou *seletiva*³³ corresponde ao processo pelo qual começam a se relacionar as categorias anteriormente geradas, mantendo a codificação em torno de um único *eixo*, neste caso uma categoria central, visando identificar as suas associações com as categorias subsidiárias³⁴. O objetivo desta fase, que começa quando a variável central é encontrada, é saturar as categorias com maior poder explicativo, havendo um comprometimento exclusivo do/a analista com a explicação teórica a formular. A categoria

²⁸ No âmbito da literatura técnica há variações nas interpretações das três etapas de codificação do MGT, conquanto não variem significativamente as descrições dos procedimentos envolvidos. As dissidências interpretativas, no entanto, existem e atingem um ponto em que, não raro, são referidos dois modelos distintos de codificação, sugestivos das influências teóricas subjacentes: o ‘glaseriano’ e o ‘straussiano’.

²⁹ Designação atribuída por Strauss e Corbin (2002), por Glaser (1978) e Glaser e Holton (2004).

³⁰ Para abrir o texto e tornar o/a analista mais sensível às sutilezas ocultas nos dados, Strauss e Corbin (2002) recomendam o uso da técnica de microanálise ou codificação linha a linha. Este procedimento, conforme dizem, apesar de moroso tem a vantagem de aportar dados substantivos em abundância, podendo estes integrar-se noutras etapas do percurso.

³¹ Cf item 1.2.4.

³² Isto porque até que não encontre uma categoria central, em torno da qual codificar, o/a analista não pode enfocar o estudo, devendo, pois, manter a atenção difusa e explorar as possibilidades consideradas relevantes.

³³ Axial, na designação originalmente atribuída por Strauss e Corbin (2002); seletiva, segundo os escritos de Glaser (1978) e de Glaser e Holton (2004).

³⁴ Para Strauss e Corbin (2002, p. 134), a categoria central é aquela que tem a capacidade de enlaçar as demais categorias relevantes do estudo, bem como as suas propriedades e dimensões principais. Para Glaser e Holton (2004) é a variável que parece dar conta da diversidade em torno do problema, podendo ser reconhecida pelos seguintes requisitos: (i) relaciona-se facilmente com outras categorias e suas propriedades; (ii) é recorrente nos dados e apresenta um padrão estável, que a associa com outras variáveis; (iii) tem claras implicações para a teoria formal. Tanto para Glaser e Holton (2004) como para Strauss e Corbin (2002), a categoria central começa a emergir da comparação entre incidentes e categorias.

central, quando emerge deve, pois, ditar o rumo das amostras teóricas³⁵. A *codificação seletiva* ou *teórica*³⁶ corresponde ao momento de integração e de refinamento da teoria, por meio da junção das categorias principais e da sua inclusão num modelo explicativo enunciado de forma proposicional e validado, quer pela perspectiva dos participantes e pelo encaixe com os dados, quer pelos esquemas teóricos pré-existentes³⁷.

No que respeita a este ponto, cumpre referir que o trabalho de integração, patente nas duas últimas etapas de codificação, depende, em boa medida: (i) da organização dos dados em *categorias* e *redes conceituais*; (ii) da construção de um modelo ou *paradigma de codificação*³⁸, voltado para a descoberta do *PSB*³⁹. Normalmente, a categoria central do estudo contém todos os elementos indicativos do referido processo⁴⁰. Tanto a codificação para o paradigma como a análise do PSB são procedimentos geradores de interpretações com um alto nível de abstração e, por conseguinte, indutores da teoria.

1.2.3 MÉTODO DE COMPARAÇÃO CONSTANTE

No item anterior, definimos os tipos de códigos e o modelo de codificação proposto pelo MGT. Dentre os aspectos mencionados,

³⁵ Cf Strauss e Corbin (2002) e Glaser e Holton (2004).

³⁶ Seletiva, nos escritos de Strauss e Corbin (2002); teórica, nos escritos de Glaser (1978) e de Glaser e Holton (2004).

³⁷ Raymond (2005) sugere como pistas para manter a sequência do processo: (i) o agrupamento dos conceitos com um mesmo significado numa mesma categoria conceitual; (ii) a adequação entre os conceitos gerados e os incidentes observados; (iii) a comparação de cada novo incidente com o conteúdo das categorias formuladas. Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (1999) referem: (i) a importância de efetuar buscas seletivas nos dados, de modo a obterem-se descrições comparadas dos fenômenos observados; (ii) a contagem de frequências e a observação das relações de vizinhança, de superposição ou de sequenciação de códigos, usados para explorar relações significativas. Armony (1997) sugere que a contagem de frequências de palavras recorrentes do texto proporciona o acesso direto aos pontos de maior densidade textual, normalmente relacionados aos aspectos relevantes de um problema.

³⁸ Originalmente proposto e utilizado por Strauss e Corbin (2002).

³⁹ O PSB, para Strauss e Corbin (2002, p. 178) são as sequências de ações e de interações que evoluem, podendo inclusive rastrear-se as suas condições estruturais em virtude das mudanças que produzem.

⁴⁰ Conforme Trinidad Requena, Carrero Planes e Soriano Miras (2006, p. 70-71), O PSB apresenta seis características: (i) a sua diferenciação em fases, identificando-se uma sequência no seu desenvolvimento; (ii) a existência de um ponto de inflexão que o reestrutura; (iii) a sua extensa relação com diversas categorias e propriedades do estudo; (iv) a facilidade e a flexibilidade com que são geradas hipóteses a partir da sua descrição; (v) o seu encaixe nos dados empíricos; (vi) a sua capacidade de proporcionar explicações para as diferenças encontradas em distintos grupos de dados.

destacamos a necessidade da comparação para o êxito das análises. A partir desta necessidade toma corpo, no âmbito do modelo, o chamado Método de Comparação Constante (MCC), que pressupõe, como o próprio nome diz, o uso sistemático e persistente da comparação nas diversas fases de codificação aconselhadas pelo MGT⁴¹. O MCC deriva do fato de que o(a) analista, a todo o momento, é confrontado com a necessidade de focalizar a atenção nos aspectos relevantes do problema, evitando as distorções de interpretação (ou *bias*)⁴². No que respeita à aplicação, identificamos três tipos de comparações que, em boa verdade, refletem a evolução do método: (i) as comparações de *incidentes com incidentes*, que se estabelecem num nível substantivo, com vista a descobrir os limites, as variações, as semelhanças e as diferenças entre eles; (ii) as comparações de *conceitos com incidentes*, que se estabelecem num primeiro nível de abstração, com o objetivo de identificar as diferentes propriedades dos conceitos e gerar hipóteses passíveis de verificação no contexto empírico; (iii) as comparações de *conceitos com conceitos*, que se estabelecem num segundo nível de abstração, com o objetivo de obter o refinamento e o encaixe da teoria emergente.

O MCC está aconselhado em todas as etapas do MGT, posto que o ato de comparar, neste caso, implica percorrer o caminho diversas vezes, indo e vindo, questionando e procurando obter respostas, induzindo novas questões e reiniciando novamente o processo, até que para cada pergunta relevante corresponda uma resposta ou, dizendo de outra forma, até que todos os conceitos construídos tenham sido suficientemente comparados entre si, de modo a *refinar* o sistema de categorias que está sendo consolidado pelo/a analista.

1.2.4 PERGUNTAS SENSIBILIZADORAS

No âmbito do MGT, o MCC, as amostras teóricas e o processo de codificação são induzidos por perguntas designadas ‘sensibilizadoras’ que se assentam em dois propósitos: (i) manter o/a analista atento aos dados e à

⁴¹ A sua concepção data dos escritos originais de Glaser e Strauss (1967). De modo que, quer para Glaser (1978) ou Glaser e Holton (2004), quer para Strauss e Corbin (2002), o MCC tem como objetivo principal dar consistência e sustentação à teoria emergente dos dados.

⁴² Cf Glaser e Holton (2004) e Strauss e Corbin (2002).

sucessão de elementos observáveis; (ii) incrementar a *qualidade da análise*. Assim, o esquema apriorístico proposto tanto pelo modelo *glaseriano* como pelo *straussiano* é composto pelas sete questões que se seguem: (i) o que se está passando aqui?; (ii) quais são as preocupações centrais?; (iii) como e por quem as mesmas são resolvidas?; (iv) quando se resolvem?; (v) em que contexto de ação/interação?; (vi) com que consequências para os participantes?⁴³

As perguntas sensibilizadoras possuem como princípios dois conceitos fundamentais: (i) a *sensibilidade teórica*⁴⁴, que no modelo desenvolvido por Glaser e Strauss (1967) representa aquela qualidade desejável num/a analista e que faz com que *perceba* o que pode encontrar-se escondido nos dados; (ii) a *serendipidade*⁴⁵, que nas análises de Coffey e Atkinson (2005) aparece identificada com a força da observação, com a capacidade de *ver* por trás das aparências. Consequentemente, ambos os conceitos advêm de uma constante interação com os dados.

Com efeito, a relevância das perguntas sensibilizadoras, que se encontram na base do MCC, está à vista. Não basta seguir os passos do método para incrementar a qualidade da análise. É preciso encontrar formas de manter o foco da atenção nos indicadores de que ‘algo mais se passa’ nos dados do que aquilo que comumente se encontra na superfície.

1.2.5 MEMORANDOS

Os memorandos são as *notas de campo* tomadas no decorrer de todo o processo de análise de dados⁴⁶. O propósito básico com a sua formulação é desenvolver as ideias que vão surgindo livremente, devendo

⁴³ Cf Glaser (1978) e Strauss e Corbin (2002).

⁴⁴ Novamente, para desenvolver tal qualidade, o/a analista tem a seu favor o rol de perguntas sensibilizadoras, que deve direcionar constantemente ao seu corpus de dados, com vista ao afloramento das ideias e à consequente verificação da sua pertinência no terreno empírico.

⁴⁵ Trata-se de um conceito não reconhecido ou mal interpretado nos domínios da ciência tradicional. Para Coffey e Atkinson (2005), contrariamente ao que aparenta, a *serendipidade* não pode ser confundida com a ‘sorte de principiante’, porque as boas ideias não caem diretamente do céu, mas são fruto do trabalho árduo e persistente. Para explicar que sem estas duas componentes as ideias não fluem ao acaso, os autores recorrem a uma expressão atribuída ao golfista Gary Player que *per se* diz muito: ‘*Mientras más trabajo, más suerte tengo*’ (Coffey e Atkinson 2005, p. 206).

⁴⁶ Cf Glaser (1978) e Glaser e Holton (2004).

estas ser registradas sempre que tal aconteça. A sua função é tornar o processo reflexivo, forçando o/a analista a pensar e a captar as fronteiras do pensamento. Neste sentido, auxiliam duplamente: (i) como instrumentos para a integração teórica; (ii) como fontes de consulta nas decisões sobre as amostras a recolher.

Dada a liberdade na sua formulação e a sua indicação em todas as fases do processo, o volume de memorandos gerados costuma ser relativamente alto, pelo que a certa altura devem ser ordenados. De acordo com Glaser e Holton (2004), a ordenação deve acontecer tão logo seja possível, para que o/a analista inicie o processo reflexivo o quanto antes; e sugerem que para manter o enfoque siga-se o fluxo das ideias centrais para então atingirem-se as adjacências. Igualmente sugerem que os memorandos sejam classificados, à partida, na categoria que parecer conveniente, indicando, se for o caso, as inclusões em mais de uma categoria, para quando possível posicioná-los corretamente⁴⁷.

Quando usados de forma sistemática, os memorandos contêm os resultados dos três tipos de codificação previstos pelo MGT⁴⁸. Logo, devem ser escritos em concomitância com as análises. Normalmente intensos, no princípio, eles se tornam menos frequentes, mas mais integrados e refinados à medida que o processo aproxima-se do fim.

1.2.6 LITERATURA ESPECIALIZADA

Normalmente, numa investigação, a literatura especializada apresenta-se como o filtro que auxilia o(a) investigador(a) a descobrir tópicos relevantes, lacunas teóricas, problemas pouco explorados ou aspectos que mereçam um olhar diferenciado. Ao atuar desta forma, o/a investigador/a consulta, seleciona e utiliza a literatura científica, convertendo-a na base sobre a qual erige a investigação. No âmbito do MGT, a literatura científica que circunscreve o estudo pode ou não ser utilizada nas suas

⁴⁷ Recomenda-se a ordenação pelo conteúdo e, por este critério, os memorandos são classificados em três categorias, segundo Strauss e Corbin (2002): (i) notas de codificação: descrevem os conceitos e as categorias, indicando as suas propriedades e as suas dimensões; (ii) notas teóricas: derivam das anteriores; de teor analítico e conceitual, fixam as ideias do/a analista, no que respeita aos mais diversos tópicos; (iii) notas operacionais: de teor descritivo, registram e recordam os procedimentos seguidos.

⁴⁸ Cf Strauss e Corbin (2002).

primeiras fases. Na verdade, esta postura não se deve aos cânones deste modelo, mas justifica-se pelo uso acentuado do raciocínio indutivo nas investigações qualitativas, onde a literatura específica normalmente é vista como um reflexo do que se encontra no mundo empírico e não a sua causa⁴⁹. Com efeito, dado que não se trata de um percurso de investigação convencional, o MGT dá ao/à analista a liberdade de decidir tanto em relação ao momento em que realiza consulta à literatura técnica como ao ponto em que dela faz uso⁵⁰.

No terreno do MGT clássico advoga-se pelo distanciamento da literatura prévia nas etapas iniciais como recurso a evitar uma eventual distorção dos dados, particularmente no que respeita a ‘forçar’ o seu encaixe nas teorias existentes, distanciando-se assim da teoria que emerge do terreno substantivo. Com efeito, neste caso, a sua incorporação normalmente se dá nas etapas finais, momento em que se torna particularmente útil para as análises e as comparações que se fazem em torno da categoria central e dos seus conceitos fundamentais⁵¹. Ainda, admite-se que a sua consulta possa vir a ser especialmente útil, em qualquer fase do estudo, quando o propósito não for construir teoria nova, mas estender ou testar teorias existentes⁵². Neste caso, a literatura prévia funcionaria como um *background* e um filtro relevante no incremento das potencialidades intelectuais do/a investigador/a, devendo o/a mesmo/a utilizá-la sob uma postura vigilante⁵³.

⁴⁹ Do ponto de vista de Creswell (1994, p. 21), por exemplo, as pesquisas qualitativas regra geral têm uma perspectiva exploratória, pelo que a literatura específica, nestes casos, deve ser usada de forma consistente com as assunções metodológicas e os objetivos do próprio estudo.

⁵⁰ Para leituras adicionais, sugerimos consultar: Coffey e Atkinson (2005); Wolcott (2003); Creswell (1994).

⁵¹ Cf Glaser e Strauss (1967) e Glaser e Holton (2004).

⁵² Cf Strauss e Corbin (2002).

⁵³ Coffey e Atkinson (2005, p. 206-207) elucidam que o uso consciente da literatura prévia, no âmbito da pesquisa qualitativa, dá-se com base em três tipos de argumentos: (i) o fato de que as novas ideias e os marcos teóricos, não raro, originam-se da literatura publicada, sendo conveniente manter uma atitude exploratória e não descurá-los ou ignorá-los sistematicamente; (ii) o fato de que a consulta dos trabalhos prévios pode revelar-se importante, tanto na verificação dos achados empíricos quanto na busca de ideias novas; (iii) o fato de que o uso mais amplo da literatura específica, ultrapassando os limites da própria área principal de estudo, constitui um recurso imprescindível no âmbito das construções teóricas formais.

1.2.7 PROGRAMAS INFORMÁTICOS

Os *Computer Assisted Qualitative Data Analysis Softwares*, ou *CAQDA*, são ferramentas desenvolvidas para auxiliar no manejo de grandes volumes de dados, facilitando o trabalho de organização e de sistematização dos mesmos e, conseqüentemente, dispensando o tempo do/a usuário/a para a execução de tarefas de outra natureza. Contudo, é bom de ver que, embora ofereçam valiosos contributos neste campo, ditas ferramentas não possuem capacidades verdadeiramente analíticas, pelo que a qualidade da análise não depende diretamente do seu emprego no estudo⁵⁴.

Pelo apoio que prestam, os *programas informáticos* encontram-se no rol das ferramentas relevantes no curso das investigações qualitativas em geral⁵⁵. Conquanto não efetuem *per se* as análises, apresentam mais-valias notáveis em comparação com os procedimentos levados a cabo de forma manual. Dentre estas, Armony (1997) enumera: (i) a transparência e a clarificação das regras de análise; (ii) os graus de sistematização no cumprimento das etapas⁵⁶; (iii) a geração automática de relatórios; (iv) a uniformidade e a estabilidade nas decisões; (v) a objetivação da racionalidade do/a investigador/a. Ainda, a seu ver, são cinco as funções analíticas regra geral efetuadas por estas aplicações: (i) gestão, (ii) leitura, (iii) anotação, (iv) representação e (v) interconexão.

No entorno específico do MGT existe uma ferramenta, o *software* ATLAS.ti®, que foi desenvolvido, na Década de 90, para atuar em todas as suas instâncias, cumprindo assim os requisitos de funcionalidade que o mesmo reclama. As suas componentes modulares principais⁵⁷ articulam-se de modo a apoiar as operações inerentes ao método em dois níveis principais: (i) *textual*, em que são desenvolvidas as tarefas relacionadas

⁵⁴ Cumpre-nos contribuir para desfazer tal mito, de todo frequente no que tocam às expectativas que se colocam em torno da sua utilização.

⁵⁵ A literatura especializada disponibiliza um volume suficiente de textos e de manuais destinados ao aprofundamento deste tema, pelo que nos cingiremos ao seu enquadramento e ao seu uso no âmbito do MGT.

⁵⁶ A este respeito, Tesch (1990) pondera que o computador não toma decisões conceituais, mas é um excelente auxílio para as análises qualitativas, especialmente nas etapas textuais, em que existe uma sequência de procedimentos que devem ser seguidos, sem infringir uma ordem predeterminada. Tais programas, a seu ver, ajudam muito a seguir os referidos procedimentos.

⁵⁷ O ATLAS.ti® apresenta uma componente principal – a Unidade Hermenêutica (UH) – em que são armazenados todos os dados relativos às tarefas analíticas desenvolvidas. A UH comporta, ainda, as seguintes componentes subsidiárias: (i) os documentos primários; (ii) as citações; (iii) os códigos; (iv) os memorandos; (v) as famílias; (vi) as redes conceituais.

à codificação do texto, nas suas três etapas, bem como à elaboração de memorandos e de comentários, não havendo limites à partida para o número de códigos a associar aos fragmentos pretendidos⁵⁸; (ii) *conceitual*, em que são desenvolvidas as tarefas que se prendem com a integração dos dados, efetuada por meio do reconhecimento das relações entre os diversos grupos de códigos criados, tendo em conta os vínculos observados⁵⁹.

2 O MÉTODO *GROUNDED THEORY*: SUBSÍDIOS PRÁTICOS

Este tópico tem como objetivo específico relatar, em breves linhas, um caso concreto de uso do MGT, destacando os seguintes aspectos: (i) caracterização geral das etapas em que se desenvolveu o estudo; (ii) descrição dos critérios gerais de utilização dos procedimentos do MGT no estudo desenvolvido; (iii) apresentação dos principais resultados e das conclusões obtidas; (iv) reflexão sobre os requisitos de validação do estudo; (v) explanação do significado geral da experiência de uso do referido método.

2.1 APLICAÇÃO DO MÉTODO: RELATO DE CASO

2.1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO

Em breves notas, a investigação que pretendemos relatar teve como propósito primário compreender o *significado* atribuído aos impactos gerados pelo documento eletrônico no âmbito da teoria e da prática arquivística, dando especial relevância, no tocante às fontes de obtenção de dados, à informação publicada pela via da literatura branca e da literatura cinzenta, visíveis nos canais privilegiados de comunicação científica.

Em conformidade com a sua planificação, o estudo se desenvolveu em duas etapas distintas, mas complementares. Na etapa de *recolha de dados*, com o propósito de selecionar fontes privilegiadas, situadas no entorno

⁵⁸ De realçar que a aplicação comporta a funcionalidade de gestão dos códigos, fornecendo informações relevantes, acerca: (i) da data de criação ou de modificação dos códigos, com a respectiva identificação do/a usuário/a; (ii) do número de vezes que um código foi utilizado; (iii) do número de associações que um código possui, relativamente a outros códigos; (iv) da existência de memorandos associados aos códigos criados.

⁵⁹ No ATLAS.ti®, estas relações se estabelecem de três formas principais: (i) pela formação de grupos de famílias e superfamílias de códigos; (ii) pela integração destes grupos em redes conceituais; (iii) pelas associações na forma de enlacs.

da Ciência da Informação, consultamos bases de dados bibliográficas especializadas⁶⁰ em busca de registros de: (i) artigos científicos; (ii) revisões de livros; (iii) comunicações em congressos; (iv) dissertações de mestrado e de doutorado⁶¹. Na etapa de *análise de dados*, com o propósito de investigar o conteúdo dos documentos selecionados e de propor explicações teóricas para o problema central do estudo, nos detivemos nos elementos pré-textuais e textuais dos resumos, bem como, em determinados casos, nos estendemos aos textos completos dos documentos, com vista à melhor interpretação e à correta compreensão de determinados aspectos dos assuntos investigados. Consistentemente com os propósitos pretendidos, nesta fase, optamos por seguir os procedimentos do MGT para apoiar as nossas análises.

2.1.2 O USO DOS PROCEDIMENTOS DO MGT NA INVESTIGAÇÃO

No estudo em causa, após examinarmos cuidadosamente o material bibliográfico optamos por identificar as unidades de análise aos segmentos de texto significativos, geralmente um período ou frase completa, atribuindo-lhes os códigos, livremente, conforme nos ditavam a intuição e o bom senso. Deste modo, procedemos à codificação intensiva dos elementos pré-textuais e textuais dos resumos, numa fase inicial, bem como dos documentos completos, já numa fase avançada, conforme adiante explicaremos.

A iniciarmos a *codificação*, procuramos ‘abrir’ os 335 resumos selecionados⁶², efetuando a codificação, linha a linha, de todos os elementos pré-textuais considerados relevantes e tentando responder às *perguntas sensibilizadoras* aconselhadas pelo modelo do MGT. No fim deste processo, decidimos utilizar o mesmo procedimento para lidar com os elementos textuais, selecionando, desta vez, um grupo mais reduzido, composto por apenas 63 resumos, com vista a preencher as lacunas de informação registradas na etapa anterior. Finda esta etapa, passamos a

⁶⁰ Foram consultadas as seguintes bases de dados bibliográficas: Library Information Science Abstracts – LISA; ISI Web of Knowledge – WoK; Dissertation and Thesis ProQuest.

⁶¹ As consultas foram realizadas em todos os registros indexados e resumidos nas bases de dados mencionadas, num período cronológico que vai de 1969 até 2008, ano em que finalizamos as recolhas.

⁶² Os documentos primários a incluir no software têm de estar em formato compatível com o de um editor de textos. No nosso caso, incorporamos quatro documentos ao ATLAS.ti®, perfazendo um total de 335 registros individuais.

recolher as amostras de forma focalizada, dedicando atenção aos textos completos ou aos resumos capazes de esclarecer as perguntas que iam sendo formuladas, bem como ao preenchimento das categorias de análise que a esta altura nos pareciam centralizar o problema. Nesta fase, direta ou indiretamente foram manipulados precisamente 265 textos. De referir que, nesta etapa, o nosso ponto razoável de contenção das recolhas balizou-se pelos seguintes fatores: (i) pelo volume de dados alcançado; (ii) pela satisfação das necessidades primárias de informação, constatada pelo fato de haver obtido as respostas adequadas às questões formuladas⁶³.

Neste ponto, cumpre-nos realçar que os textos utilizados no estudo se encontravam escritos majoritariamente na língua inglesa. Deste modo, para além da codificação, propriamente dita, a primeira etapa embutiu atividades de tradução, tendo-se deixado para uma segunda etapa o refinamento do sistema inicial de categorias gerado⁶⁴. Na etapa posterior a estas, lidando com os códigos substantivos em português, nos fixamos no agrupamento das famílias de códigos em categorias abstratas, bem como na sua descrição e no seu preenchimento. No que a este procedimento se refere, não nos valem de nenhum esquema apriorístico de codificação ou de categorização dos textos, tendo construído os nossos próprios esquemas a partir do contato com o contexto empírico. De resto, focalizamos a atenção nas componentes fundamentais do *modelo paradigmático de codificação para o PSB*, especialmente no que respeita às ações e às interações, com vista à composição do esquema geral de interpretação da realidade investigada⁶⁵.

O uso do MCC como recurso, no nosso caso, deu-se em todos os momentos da codificação e da categorização, nos moldes previamente aconselhados⁶⁶. De igual modo fizemos uso das três classes de *memorandos*,

⁶³ O que não coincidiu propriamente com o critério ideal de saturação da amostra, mas com o contexto real de investigação. A este respeito, cumpre-nos reforçar que nem todas as propriedades e as dimensões de um fenómeno são relevantes ou dignas de atenção. Porquanto, nestes casos, é preciso adotar uma solução de compromisso que torne a investigação exequível. Logo, tendo em mente as condicionantes internas e externas de uma determinada investigação e, lançando mão de um argumento de equilíbrio, aconselhamos a atitude de manter a concentração num volume manipulável de dados, em lugar de envolver-se com conjuntos amplos e correr o sério risco de inviabilizar ou de empobrecer as possibilidades de interpretação.

⁶⁴ Esta foi a forma encontrada para driblar a adversidade inicial de analisar textos procedentes de um idioma diferente do materno.

⁶⁵ Neste intento, consultamos tanto a literatura endógena, neste caso, a que corresponde ao entorno arquivístico, quanto a literatura exógena, neste caso, a de âmbito sociológico.

⁶⁶ Cf item 1.2.3.

previamente indicadas, e de forma concomitante às análises, gerando uma quantidade maior destes dispositivos nas fases iniciais do que nas fases finais⁶⁷. Ditos memorandos foram categorizados pelos assuntos predominantes. Este expediente ajudou a recuperá-los e a consultá-los, de modo célere, sempre que foi preciso, pelo que aconselhamos firmemente o seu uso⁶⁸.

No que se refere à *literatura específica*, optamos por seguir uma via totalmente indutiva. A nossa tomada de decisão, neste sentido, deveu-se a dois fatores principais: (i) a sua utilização como material empírico⁶⁹; (ii) o risco potencial de influência nas interpretações. Consequentemente, não consultamos os textos científicos para orientar os rumos do nosso estudo, o que significa que nem construímos um referencial teórico, nem formulamos hipóteses de pesquisa antes de entrarmos no campo⁷⁰. Naquele momento, lidamos apenas com o tema, o problema e as perguntas sensibilizadoras do MGT, tendo sido neste conjunto mínimo de recursos metodológicos que nos baseamos, concretamente, em boa parte do percurso. No entanto, nas etapas finais do estudo, a consulta à literatura passou a ser uma necessidade para o incremento das análises e das interpretações. No nosso caso, pois, a literatura especializada deu pé às interpretações e auxiliou a clarificar uma série de questões, especialmente, no âmbito da literatura exógena ao campo arquivístico. Assim, tanto as análises como as interpretações registradas nos capítulos destinados aos resultados teóricos do estudo foram diretamente influenciadas, em primeiro lugar, pelo terreno substantivo, dele fazendo parte a literatura endógena e, em segundo lugar, pela literatura exógena, quando contrastamos conceitos e hipóteses⁷¹.

Quanto ao *uso de software na análise*, da nossa experiência ficamos com a certeza de que o programa ATLAS.ti[®] correspondeu às nossas expectativas, pelo menos por duas razões: primeiramente, porque de fato agilizou e

⁶⁷ Cf Figura 1.

⁶⁸ De realçar que as informações que registramos no decorrer deste texto, em muito se devem aos memorandos metodológicos que estruturamos e que se foram transformando em narrativas que deram corpo à nossa experiência ao longo de todo o percurso analítico.

⁶⁹ Não é de todo comum, no entorno do MGT, fazer uso da literatura científica como fonte de recolha de dados. Assim o fizemos, assumindo todos os riscos inerentes.

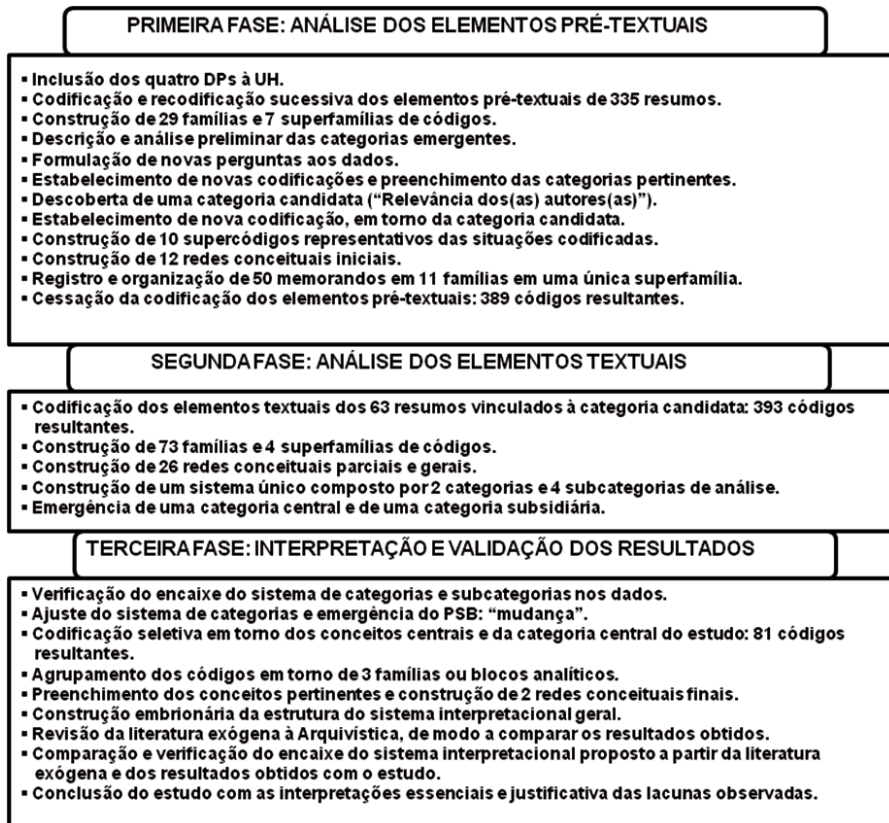
⁷⁰ No entanto, confirmamos pelo menos uma das proposições que emergiram a posteriori.

⁷¹ Na nossa perspectiva, designamos **literatura endógena** àquela que se encontrava dentro dos limites do campo em estudo e **literatura exógena**, por contraste, àquela que se situava fora do mesmo campo. No nosso caso concreto usamos a literatura da área da Sociologia para contrastar hipóteses teóricas.

potencializou diversas etapas da análise, minimizando os efeitos do manejo de um volume relativamente grande de dados; em segundo lugar, porque nos auxiliou a distinguir claramente as fases de análise textual e conceitual. Com efeito, o nosso testemunho encaminha-se no sentido de uma apreciação positiva desta ferramenta, pese embora a sua relativa complexidade⁷².

Por fim, para facilitar a compreensão dos procedimentos descritos incluímos uma síntese representada na FIGURA 1. De referir que o modelo em causa resume os passos dados em cada fase, bem como os resultados gerais obtidos. Sem embargo, tanto a circularidade como a reflexividade, que são os aspectos mais característicos das análises pelo MGT, afiguram-nos como difíceis de representar.

Figura 1: Síntese do Processo de Codificação pelo MGT.



Fonte - Freitas – 2009 – p.360.

⁷² É preciso conhecer bem a GT para então compreender o funcionamento do ATLAS.ti®.

2.1.3 PRINCIPAIS RESULTADOS E CRITÉRIOS DE VALIDAÇÃO DO ESTUDO

Consistentemente com as análises pelo MGT, descortinamos dois cenários arquivísticos de confronto dos problemas gerados pelo documento eletrônico, nos últimos 40 anos⁷³. Entre os resultados emergentes, conceituamos e contrastamos as propriedades e as dimensões significativas dos documentos arquivísticos convencionais e eletrônicos⁷⁴. Além disso, revelamos as personagens proeminentes do mundo arquivístico, bem como as suas estratégias de ação e de interação no confronto dos problemas atuais⁷⁵. Entre as conclusões significativas, sumariamos que tanto a teoria como a prática arquivística, na *percepção* das pessoas envolvidas, se encontram submersas num processo de *mudança*, com vista à melhor solução dos problemas, acomodando-se aos contornos ainda difusos de um paradigma social emergente.

A referida Mudança, compreendida neste estudo como o *Processo Social Básico* em torno do qual se articulavam outros, de menor expressão no terreno substantivo⁷⁶, acompanha as fronteiras igualmente difusas de um contexto ‘pós-moderno’, ‘pós-industrial’ e ‘pró-sociedade informacional’⁷⁷ e tem como fator condicionante o documento eletrônico, incluído no bojo dos ‘clusters’ de inovações que se notam, particularmente, no contexto norte-americano dos últimos 50 anos, atendendo pelo genérico designativo de ‘tecnologias de informação’. Ainda, neste estudo, demonstramos uma proposição emergente no curso da investigação: as tecnologias não determinam a sociedade, mas suscitam-lhe problemas para resolver, com meios e recursos que advêm de distintas formas, para atender

⁷³ No primeiro cenário identificamos uma primeira geração de arquivistas pouco disposta a lidar com os problemas gerados pelo documento eletrônico. No segundo cenário, identificamos uma geração disposta a enfrentar o desafio.

⁷⁴ No estudo, identificamos, interpretamos e contrastamos diversas propriedades e variações dimensionais dos documentos convencionais e dos eletrônicos. Os respectivos conceitos emergiram dos próprios dados.

⁷⁵ Estas personagens foram identificadas, numa primeira etapa, dada a alta frequência de textos associados aos seus nomes no terreno substantivo. Este foi o nosso primeiro fio analítico ‘puxado’ no intento de atingir uma categoria central de análise. Dentre os/as 248 autores/as inicialmente codificados/as, quatro foram considerados os mais relevantes, dada a sua densidade no contexto empírico, medida pelo número de textos que publicaram sobre o tema central do estudo. Os seus nomes são: Luciana Duranti, Terry Cook, David Bearman e Heather Macneil.

⁷⁶ O aplicativo ATLAS.ti® permite a elaboração de redes conceituais que auxiliam a visualizar as relações entre as categorias e os códigos.

⁷⁷ Estas expressões emergiram do próprio contexto.

a diferentes propósitos⁷⁸. Entre as recomendações principais, destacamos a pertinência da continuidade das análises, num outro momento, ampliando as conclusões a respeito das *características persistentes* do processo social ‘mudança’ (algo que não pudemos deslindar), interpretado como o ponto de convergência dos problemas, dos desafios, das oportunidades, dos riscos, das ameaças e das preocupações que perpassam a Arquivística Contemporânea na ótica das pessoas envolvidas⁷⁹.

No que diz respeito à *validação dos resultados*, cumpre dizer que, por um lado, os estudos *Grounded Theory* devem ser validados pelos mesmos esquemas utilizados para validar as pesquisas qualitativas em geral⁸⁰. Mas, por outro lado, encontramos sugestões específicas na literatura da área, que vão ao encontro deste mesmo objetivo. Assim, a construção da ‘linha da história’, contendo os esquemas, as ideias, os conceitos e as proposições formuladas é vista como um recurso positivo para a averiguação do encaixe da teoria nos dados e, conseqüentemente, pode servir como recurso na validação de um estudo desenvolvido pelo MGT⁸¹. A atitude de ‘narrar’ os resultados obtidos, valendo-se de um ‘guia da história’, i.e., de uma espécie de fio condutor que une e que integra os principais temas presentes nos dados, ao mesmo tempo em que os enlaça à pergunta fundamental do estudo, também é aconselhada⁸². Conseqüentemente, a validação de um estudo qualitativo depende, em boa medida, de um corpo suficiente e consistente de informações disponibilizadas e comunicadas ao leitor/a⁸³.

Com efeito, quer nos esquemas analíticos, quer nas explicações detalhadas de cada um dos procedimentos, estão lançadas as condições concretas para verificar a consistência, a transferibilidade e a autenticidade do estudo em questão. Naturalmente, foi seguida uma linha narrativa

⁷⁸ Tal proposição foi proferida por Daniel Bell em: Bell, D. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.

⁷⁹ Estas expressões emergiram dos próprios textos, no decorrer das etapas de codificação e de categorização.

⁸⁰ A autenticidade, a fidedignidade, a consistência do relato, a transferibilidade dos resultados a outros contextos, são alguns dos principais esquemas apontados para avaliar o grau de validade dos estudos qualitativos.

⁸¹ Cf. Strauss e Corbin (2002).

⁸² Cf. Taylor e Bogdan (1987, p.166).

⁸³ Sobre este mesmo assunto, os/as investigadores/as qualitativos/as devem ser capazes de proporcionar informações suficientes aos leitores/as, para que possam compreender de que maneira recolheram e interpretaram os seus dados e relativizar os resultados, situando-os no seu próprio contexto (DEUTSCHER, 1973 *apud* TAYLOR; BOGDAN 1987, p.180).

dos fatos e das ideias, tratando de identificar, em cada uma das fases significativas, os objetivos, os procedimentos e os resultados obtidos, de forma a proporcionar um retrato tão fiel quanto possível de todo o percurso, buscando validar o referido estudo, prioritariamente, no âmbito do seu próprio contexto.

2.2 SIGNIFICADO GERAL DA EXPERIÊNCIA

Antes de optar pela GT como método de análise, a primeira pergunta a responder obviamente relaciona-se com as razões substantivas para o fazer. Frequentemente, o MGT é referenciado pela literatura técnica como um método complexo, exigente, moroso, pouco 'amigável' e, talvez por esta razão, de escassa aplicação prática. Em boa verdade, esta última conclusão torna-se um tanto quanto falaciosa quando se experimenta o método.

Inegavelmente, ao atuar com o MGT releva o/a investigador/a. De modo que tanto a complexidade quanto a flexibilidade que lhe são conferidas demandam atitudes e posturas que, na visão de analistas experientes com o método, dificilmente podem ser compatibilizadas com a inexperiência ou o despreparo para lidar com este tipo de realidade⁸⁴. Consequentemente, ao(à) investigador(a) que se dedica ao MGT, para além da experiência, são reclamadas outras qualidades tais como: a persistência, a confiança, a fé, a intuição, a inclinação analítica, o senso de observação, a relativa capacidade de distanciamento dos dados, a tolerância à incerteza e aos cenários confusos, a habilidade para a conceituação e a abstração⁸⁵.

⁸⁴ Num artigo que publica para divulgar a tese de doutorado que desenvolveu, no Reino Unido, sobre os entornos corporativos, Pandit (1996) comenta que pesquisar com este método implica reunir, em doses altas, qualidades tais como confiança, perícia, tolerância e criatividade. O autor justifica com a sua própria experiência, dizendo que a aplicação do método, no seu caso, decorreu num processo demorado que gerou um grande volume de dados. Ainda, relata que o trabalho sem hipóteses prévias e sob um protocolo aberto, fez com que a metade do tempo transcorresse num ambiente em que a fé e a esperança de que o processo vingasse foram o seu único alento. Para além disto, também teve de conviver com o fato de que os dados demoraram algum tempo a fazer sentido, tendo sido, portanto, moroso o processo de integração teórica dos resultados. Por fim, admite que o uso da ferramenta informática ATLAS.ti* diminuiu consideravelmente este impacto negativo do método e conclui, dizendo que um/a investigador/a inexperiente provavelmente se sentiria intimidado/a em contato com uma realidade desta natureza.

⁸⁵ Cf. Strauss e Corbin (2002) e Glaser e Holton (2004).

Com efeito, reconhecemos algumas desvantagens no que respeita à sua aplicação por analistas novatos/as. Por exemplo: o risco real de confundir emergência com distorção dos dados ou, ainda, de imprimir aos dados a própria perspectiva, em vez de identificar a perspectiva das pessoas envolvidas; de cometer exageros, ao codificar linha a linha e, conseqüentemente, perder o controle da massa de dados acumulada; de não tolerar a movimentação num terreno que é incerto e duvidoso em boa parte do percurso. Mas, apesar de admiti-las, advertimos para o fato de que as desvantagens enumeradas não se referem em particular ao MGT, mas à metodologia das pesquisas qualitativas em geral.

Com base na destreza que adquirimos no uso deste método, a inexperiência não parece ser a condição *sine qua non* para o seu desuso. A falta de um perfil adequado para este estilo de investigação, que envolve possuir alguma dose das habilidades referidas anteriormente, aliando-as ao compromisso que o/a investigador/a deve ter, de forma incondicional e inegociável, com o cumprimento dos seus objetivos primários de investigação parecem influenciar, e muito, nessa decisão. Também influenciam, a nosso ver, certas atitudes como a pouca apetência para a realização de leituras persistentes e de anotações sistemáticas e, acima de tudo, a negligência quanto à adoção de uma postura vigilante em face de qualquer atitude considerada minimamente contrária aos princípios basilares do método. Na sensibilidade teórica podem ser encontradas as chaves que abrem as portas pelas quais, em diversos momentos, precisamos passar quando trabalhamos com o MGT. Algumas das respostas positivas que podemos dar para mitigar uma sentida falta de experiência se encontram, a nosso ver, numa inflexão no sentido contrário ao das lacunas mencionadas. No nosso entendimento, boa parte dos obstáculos atribuídos à inexperiência podem ser satisfatoriamente ultrapassados com esses artifícios.

No que respeita à possibilidade de construção teórica, da nossa prática, verificamos que o MGT, quando aplicado de forma integral, possibilita a emergência das explanações de alto nível. Sem embargo, cumpre referir que no nosso caso particular as pretensões primárias de investigação não foram ao encontro de tais ambições. Os nossos interesses se prenderam, em boa medida, com uma apreensão compreensiva do terreno substantivo, onde, com efeito, afiguraram-nos ricas possibilidades

analíticas. Porquanto, se não abandonamos a possibilidade de construir teoria formal, também não a acolhemos deliberadamente⁸⁶, usando o método na medida justa das nossas necessidades, conferindo-lhe flexibilidade e obedecendo, sem subordinação, aos seus cânones⁸⁷. Tal é a nossa resposta aos questionamentos originados de quem pretender enveredar por este percurso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito dos subsídios teóricos demonstramos como o MGT se encaixa num cenário de intervenção com objetivos analítico-interpretativos. Com esta intenção, dedicamo-nos à clarificação das suas características, que são a flexibilidade, a circularidade, o estímulo às perguntas sensibilizadoras, o recurso às comparações constantes e às amostras progressivas, com vista à obtenção de explicações fundamentadas nos dados, sendo esta a precondição para o compromisso com um método desta natureza.

De igual modo consideramos os seus marcos fundamentais, estabelecidos há mais de 40 anos, verificando que se trata de um método voltado para a geração de teoria, dado que focaliza a análise nos pontos de maior relevância e de maior densidade dos dados. Para o/a analista experiente todos estes dispositivos jogam um papel fundamental na condução do MGT, interferindo positivamente no terreno aplicativo. Para o/a inexperiente nem tanto.

No âmbito das ferramentas úteis, demonstramos que a literatura prévia se afigura como um dos pontos nevrálgicos do MGT clássico, não se recomendando o seu uso nas primeiras fases da codificação, de forma a evitar a distorção da análise. Ainda, no terreno aplicativo, manifestamos que as aplicações informáticas têm sido apontadas como um recurso para mitigar o problema da manipulação de grandes volumes de dados, para além da sua

⁸⁶ Nossa base, neste sentido, assenta-se nos escritos de Wolcott (2003) e de Strauss e Corbin (2002). O primeiro autor diz que não há razão para introduzirmos teoria até que nos asseguremos de estarmos verdadeiramente interessados/as nela, alegando que a teorização *per se* encerra uma relação *a posteriori* com os resultados (Wolcott 2003, p. 84). Os segundos autores, pese embora aconselhem o MGT como plataforma para a construção teórica, vêm a flexibilidade do método como algo que permite adaptações, em função dos estilos e dos objetivos dos/as investigadores/as, desde que tal não implique romper com os seus cânones.

⁸⁷ Tal postura, salientada como positiva por Taylor e Bogdan (1987), é a que de resto recomendamos a quem se interessar por aprofundar na prática deste método.

capacidade de auxiliar na organização, na sistematização e na disposição dos dados, bem como na sequenciação das tarefas. Nestes argumentos encontramos as justificativas para a opção pelo *software* ATLAS.ti® no âmbito do nosso estudo. Ainda, no que se refere à codificação, explicamos que o MGT se desenvolve em três etapas principais, sendo a primeira marcada por um intenso processo de fragmentação do contexto analítico, tendo em vista a recuperação de porções relevantes de dados que passam a atuar como ponto de contato entre o/a analista e o contexto analisado. Conforme tivemos a oportunidade de dizer, nesta etapa inicial ocorrem a redução e a descontextualização controlada dos fragmentos codificados. A esta se seguem uma segunda e terceira etapas, que correspondem às fases finais em que ocorre o agrupamento dos códigos empíricos, dando lugar aos abstratos, sendo estes os que de fato auxiliam na tarefa de transformação e de recontextualização dos dados, com vista à obtenção de explicações que emergem e completam-se pela integração dos códigos iniciais num sistema final de categorias.

No âmbito dos *subsídios práticos*, descrevemos a nossa forma de lidar com o MGT e de tirar proveito das suas vantagens, minimizando possíveis inconvenientes, sendo este o motivo por que ampliamos as explicações, a respeito das suas características e dos seus desdobramentos, no tópico anterior. No nosso caso específico, a concretização do método iniciou-se pela codificação de elementos pré-textuais e textuais dos 335 itens que compunham as nossas possibilidades iniciais de amostra, culminando com a codificação seletiva de resumos ou de textos completos que, no limite, contribuíram para o esclarecimento das situações previamente verificadas. A seguir a este processo, mediante um procedimento de integração de conjuntos maiores em grupos progressivamente menores, alcançamos um sistema de categorias que consideramos satisfatório para os nossos propósitos, e que nos auxiliou a compreender a categoria central de análise e o processo social embutido nos dados, nas suas redes de relação com outras categorias, pelo que nos empenhamos em seguir por esta ‘trilha’, avançando para uma fase final do estudo.

O significado da nossa prática foi igualmente apontado e, quanto a este aspecto, fizemos questão de incidir no fato de que a experiência joga um papel importante na aplicação do método, mas não é a condição *sine*

qua non para o seu uso ou desuso, considerando que há fatores de outra ordem que também influem nesta decisão.

Finalmente, apraz-nos recordar que, neste espaço, procuramos cumprir o objetivo geral de divulgar o MGT à comunidade científica de Ciência da Informação, lançando pistas concretas, e advertências, para estimular a sua utilização. Não obstante, no que se refere à correta comunicação da mensagem, pelas palavras de Barney Glaser, num dos seus vários escritos, *o MGT se aprende fazendo*. Eis porque somos perfeitamente conscientes das dificuldades que comportam uma tentativa desta natureza.

REFERÊNCIAS

- ARMONY, V. El análisis de datos cualitativos en ciencias sociales: nuevos enfoques y herramientas. *Revista de Investigaciones Folklóricas*, n.12, p.9-16, 1997.
- COFFEY, A.; ATKINSON, P. *Encontrar el sentido a los datos cualitativos: estrategias complementarias de investigación*. Alicante, Medellín: Publicaciones de la Universidad de Alicante, Editorial Universidad de Antioquia, 2005. (Coleção Monografias)
- CRESWELL, J. W. *Research design: qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- DEUTSCHER, I. *What we say/what we do: sentiments and acts*. Glenview: Scott; Foresman, 1973.
- FREITAS, M. C. V. DE. *A Arquivística sob o signo da mudança: cenários arquivísticos (re) desenhados pelo documento eletrônico*. 2009. Tese (Doutorado em Sistemas de Información Digital) - Universidade de Salamanca. Espanha, 2009.
- GLASER, B. *Theoretical sensitivity*. Mill Valley: Sociology Press, 1978.
- GLASER, B.; HOLTON, J. Remodeling grounded theory. *Forum Qualitative Social Research*, v.5, n.2, 2004. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/607/1315>>. Acesso em: 14 mar. 2008.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter, 1967.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. 2.ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- MUÑOZ JUSTICIA, J. *Análisis cualitativo de datos textuales con Atlas: Ti 5*. Barcelona. Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.
- PANDIT, N. The creation of theory: a recent application of the grounded theory method. *The Qualitative Report*, v.2, n.4, 1996. Disponível em: <<http://www.nova.edu/ssss/QR/QR2-4/pandit.html>>. Acesso em: 1 mar. 2008.

RAYMOND, E. La teorización anclada (grounded theory) como método de investigación en ciencias sociales. En la encrucijada de dos paradigmas. *Cinta de Moebio*: Revista de Epistemología de Ciencias Sociales, n.23, 2005. Disponível em: <<http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/moebio/23/raymond.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2008.

RODRÍGUEZ GÓMEZ, G.; GIL FLORES, J.; GARCÍA JIMÉNEZ, E. *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe, 1999. (Coleção Biblioteca de Educación).

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Bases de la investigación cualitativa: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada*. Antioquia: Editorial Universidad de Antioquia, 2002. (Coleção Contus)

SZASZ, T. S. *Ceremonial chemistry: the ritual persecution of drugs, addicts and the pushers*. Garden City: Doubleday, 1974.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*. Barcelona: Paidós, 1987.

TESCH, R. *Qualitative research: analysis types and softwares tools*. New York: The Flamer, 1990.

TRINIDAD REQUENA, A.; CARRERO PLANES, V.; SORIANO MIRAS, R. M. *Teoría fundamentada 'Grounded Theory': la construcción de la teoría a través del análisis interpretacional*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006. (Coleção Cuadernos Metodológicos, 37)

VALLES, M. *Técnicas cualitativas de investigación social: reflexión metodológica y práctica profesional*. Madrid: Síntesis, 1997.

WOLCOTT, H. F. *Mejorar la escritura de la investigación cualitativa*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2003. (Coleção Contus)

YIN, R. K. *Case study research: design and methods*. London: Sage, 1989.